



REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Os produtores de castanha, sobretudo no nordeste transmontano, têm vindo a mostrar a sua preocupação com as acentuadas quebras de produção – superiores a 50% – deste produto agrícola, devido à seca que afeta grande parte de Portugal continental.

O CDS-PP recebeu uma moção, aprovada no Município de Bragança, que dá conta do impacto desta perda de produção na economia regional, com especial incidência nos concelhos de Bragança e Vinhais, que representam em conjunto 1/3 da produção de castanha nacional. Para além da citada quebra de produção, a seca foi também responsável pela diminuição da qualidade da castanha bem como pela morte de castanheiros, facto que coloca em causa a produção nos próximos anos.

Seria expectável que, a uma quebra de produção, se seguisse uma subida de preço que pudesse de alguma forma compensar os produtores. No entanto, a fraca qualidade da castanha levou a que se registasse uma redução de preço de mais de 40%.

A acumulação de todos estes fatores negativos originou, segundo cálculos efetuados pelo setor, que se registasse um prejuízo superior a 15 milhões de euros apenas no concelho de Bragança, sendo este o “pior ano desde que há memória”.

A Assembleia Municipal de Bragança, dando eco aos produtores desta semente, solicitou ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a aprovação imediata de medidas compensatórias específicas dirigidas aos produtores de castanha por forma a verem minimizados os prejuízos causados pela seca extrema.

Uma das soluções para assegurar o rendimento dos agricultores é a existência de medidas de gestão de risco. Por esse motivo, os seguros agrícolas são imprescindíveis. Historicamente os agricultores queixam-se do facto de os seguros de colheitas, quando existem, não estarem

adaptados às necessidades das várias culturas, razão pela qual não os contratam. Foi por isso que, em 2013 e 2014, se deu início à disponibilização de novos seguros de colheitas específicos para determinadas culturas – os chamados seguros especiais – como foi o caso do tomate, da pera rocha do oeste, dos citrinos do algarve ou da cereja.

O CDS-PP entende que é urgente ampliar o leque de culturas abrangidas por seguros especiais, tendo por isso apresentado, em 26 de abril de 2017, o Projeto de Resolução nº 825/XIII/2ª que recomendou ao Governo que promovesse uma campanha de divulgação massiva dos seguros agrícolas e o aumento de coberturas dos Seguros Especiais, tendo o mesmo sido aprovado com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PANe com as abstenções do PS, BE, PCP, PEV.

Tal como afirmámos na exposição de motivos deste projeto, as alterações climáticas são cada vez mais frequentes afastando aquele que, até há poucos anos, podia ser considerado um padrão “normal” dentro das quatro estações, elas próprias cada vez mais alteradas, criando dificuldades acrescidas na análise de eventuais riscos associados aos fenómenos climáticos. Assim, de cada vez que um desses fenómenos se verifica, deixa um rasto de destruição e prejuízos que muitas vezes chegam aos 100%, precisamente porque muitas das culturas perdidas não estão cobertas por qualquer seguro.

Ora foi precisamente o que aconteceu aos produtores de castanha, que se deparam com uma crise de tal amplitude que pode levar ao encerramento de muitas explorações.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Pondera o Governo aplicar alguma medida compensatória para os produtores de castanha?

2- Pondera o Governo aumentar as coberturas dos Seguros Especiais, tal e como foi aprovado no Projeto de Resolução do CDS-PP?

Palácio de São Bento, 26 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)